



Índice

- 01** Universidade dos EUA faz vigilância via satélite de tribos indígenas isoladas
- 02** Audiência pública debate regularização de terras indígenas
- 03** Tomazina mantém cultura indígena
- 04** Semana dos Povos Indígenas terá mobilizações em defesa de demarcações e contra propostas que restringem direitos
- 05** Inquérito realizado em dez dias e depoimentos sem contraditório baseiam mandado de prisão contra Tupinambá
- 06** São Paulo marca encontro para celebrar legado indígena
- 07** Desmatamento em terra indígena é contido pelo Ibama
- 08** Unimontes promove evento sobre comunidades tradicionais
- 09** Etnia indígena apela à OEA para que EUA reconheçam que roubaram suas terras
- 10** Guaranis voltam à Avenida Paulista contra demora em demarcação de terras na capital
- 11** Familiares de passageiras viajam para região onde avião foi achado no PA
- 12** Mutirão de saúde leva assistência para índios que vivem isolados no AP
- 13** Mutirão Rural da Cidadania percorre 67 aldeias
- 14** Funai procura dois dos três índios que fugiram do trabalho escravo nos pomares de



maçã da serra

- 15 Em laudo paralelo, reserva Buriti é avaliada em R\$ 130 milhões
- 16 Jovem envolvido no assassinato do índio Galdino será policial
- 17 Escola indígena inaugura sala multifuncional
- 18 Cuiabá sedia audiência pública sobre PEC da demarcação de terra indígena
- 19 Museu do Piauí realiza Semana dos Povos Indígenas
- 20 Jogos Indígenas da Paraíba serão abertos nesta quinta-feira em Rio Tinto
- 21 'Feira de Artesanato e Culinária Indígena' encerra a 42ª Semana do Índio de Tupã
- 22 Cacique Babau Tupinambá se entrega à Polícia Federal na Câmara Federal
- 23 Resgate tentará erguer bimotor que estava desaparecido no Pará
- 24 Instituto confirma quatro casos de H1N1 em aldeia
- 25 Indígenas realizam ato pela demarcação de terras já reconhecidas pela Funai
- 26 Encontro reúne lideranças indígenas do Ceará
- 27 Exposição indígena
- 28 [ENTREVISTA] 'Estamos caminhando para um extermínio "legal" dos indígenas', diz dom Erwin
- 29 Trégua termina em abril e índios prometem mais retomadas de terras em MS antes da Copa
- 30 Câmara aprova proposta que facilita registro de nomes tradicionais indígenas



Universidade dos EUA faz vigilância via satélite de tribos indígenas isoladas

SÍTIO JORNAL GGN, 23.04.2014

Jornal GGN – Pesquisadores da Universidade de Missouri, nos Estados Unidos, estão usando imagens de satélite para avaliar a saúde demográfica de tribos indígenas isoladas em regiões situadas entre a fronteira do Brasil com o Peru. Segundo os pesquisadores, a vigilância remota é o único método para controlar, com segurança, as sociedades indígenas não contatadas e podem oferecer informações que podem melhorar suas chances de sobrevivência a longo prazo.

Algumas áreas da América do Sul, incluindo a bacia amazônica, ainda abrigam a maior parte das últimas sociedades indígenas que têm contato limitado com o mundo exterior. Os pesquisadores afirmam que estudar essas tribos, isoladas nas florestas tropicais amazônicas, dá aos cientistas um vislumbre de como as culturas tribais podem ter sido antes da chegada dos europeus.

Rob Walker, professor assistente de antropologia na Faculdade de Artes e Ciências da MU, e Marcus Hamilton, seu companheiro de pós-doutorado no Instituto de Santa Fé e professor adjunto de antropologia da Universidade do Novo México, estão envolvidos no trabalho. Eles usaram imagens de satélite do Google Earth para estimar a área dos campos e do tamanho da aldeia pertencente às tribos, assim como as áreas de moradia temporária. Eles fizeram estimativas para 71 comunidades indígenas brasileiras.

“Nós descobrimos que a população estimada da aldeia é de mais de 40 pessoas”, diz Walker. “Uma pequena aldeia isolada como esta enfrenta uma ameaça iminente de extinção. No entanto, o contato forçado do mundo exterior é pouco aconselhável. Portanto, um meio não-invasivo de monitorar a tribo é recomendado. Um programa de vigilância remota, utilizando imagens de satélite tomadas periodicamente deste grupo, ajudaria a rastrear os movimentos e a saúde demográfica da população, sem perturbar as suas vidas”.

Usando informações capturadas de vigilância remota, os cientistas podem ajudar a moldar políticas que mitiguem as ameaças de extinção, incluindo o desmatamento, a mineração ilegal e colonização nessas áreas remotas. Além disso, a vigilância também pode ajudar a localizar povoados isolados, padrões de faixa de migração ao longo do tempo e informar como criar limites ou zonas “tampão”, que permitiriam às tribos permanecer isoladas, afirma Walker.

“Cerca de 100 grupos isolados são pensados como existentes atualmente na Amazônia. O desmatamento, a pecuária, a mineração ilegal e a colonização ameaçam sua existência. A maioria dessas tribos são horticultores itinerantes e assim suas áreas de corte e queima são observáveis em imagens de satélite. Mas eles podem se mover em resposta a ameaças externas, e este movimento exige um acompanhamento constante para manter qualquer esperança de preservar o seu habitat e cultura”, afirma Walker.

Com informações do Phys.org



Audiência pública debate regularização de terras indígenas

SÍTIO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 23.04.2014

A Assembleia Legislativa promove, nesta quinta-feira (24/04), audiência pública sobre os problemas da questão territorial indígena no Ceará. O debate acontece às 14h, no Complexo de Comissões Técnicas da Casa.

A audiência atende requerimento do deputado Professor Pinheiro (PT), que demonstrou preocupação com a regularização das terras. Segundo o parlamentar, das 23 terras indígenas do Estado, somente uma está regularizada, enquanto as outras vivem em clima de tensão e insegurança.

De acordo com o deputado, apenas quatro dessas terras estão delimitadas e duas estão em processo de identificação. "As demais ainda esperam a composição de grupos de trabalho para iniciar o processo de regularização fundiária, o que faz do Ceará o estado mais atrasado do País no que diz respeito à questão indígena", afirmou.

Ainda conforme Professor Pinheiro, a Constituição Federal de 1988 reconhece os índios e sua organização social, cultura, crença, tradição e o direito à terra que ocupam, mas, apesar da previsão constitucional, os direitos indígenas são rotineiramente desrespeitados.

Segundo Professor Pinheiro, outra grave violação ocorre pela omissão do Poder Executivo na demarcação das terras indígenas, com processos que se arrastam por décadas.

Foram convidados para participar do debate representantes de tribos do Ceará, entidades ligadas aos direitos indígenas e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

JM/LF



Tomazina mantém cultura indígena

SÍTIO TÁ NO SITE, 23.04.2014

As escolas indígenas do Paraná são o ponto de referência para manter viva a história e os costumes dos povos guarani e caingangue. As portas das escolas ficam abertas para os mais velhos ensinarem os jovens sobre o passado da tribo por meio de contação de histórias, artesanato, teatro, música, dança, preservação do meio ambiente e outras atividades pedagógicas.

Os técnicos dos Núcleos Regionais da Educação dão suporte pedagógico aos professores. "Além de resgatar e preservar a cultura indígena, esses projetos fortalecem o vínculo entre a escola e comunidade", diz o coordenador da Educação Indígena na Secretaria de Estado da Educação, Dirceu José de Paula.

Na Escola Estadual Indígena Yva Porã (terra boa ou bonita, em tradução livre), no território indígena Pinhalzinho, em Tomazina, a proposta é manter vivo o dialeto nhandeva, uma variação do Guarani. Para isso são realizadas várias atividades interdisciplinares com os alunos.

"Criamos projetos para levar os alunos em aulas de campo, conhecer os marcos da aldeia para aprenderem sobre o período da demarcação, mas principalmente ter acesso à experiência dos mais velhos por causa do idioma. A língua é tudo para um povo, é sua identidade", explicou o diretor Jefferson Gabriel Domingues.

Uma vez por mês os professores das escolas indígenas do Paraná participam de encontros promovidos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) e do Programa de Ação de Formação Saberes Indígenas na Escola. Durante esses encontros os profissionais discutem e planejam as atividades que serão aplicadas em suas escolas.



Semana dos Povos Indígenas terá mobilizações em defesa de demarcações e contra propostas que restringem direitos

SÍTIO CIMI, 23.04.2014

Os povos e organizações indígenas estão marcando a semana que sucede o Dia do Índio (19/4) com mobilizações e eventos em defesa da demarcação das Terras Indígenas (TIs) e contra a série de propostas que pretendem restringir os direitos dessas populações.

No dia 24/4, quinta, às 9 h, será realizada uma sessão conjunta das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado sobre conflitos agrários, questões e direitos indígenas. O evento acontece no Plenário 9, no Anexo II da Câmara.

No evento, lideranças e organizações indígenas pretendem denunciar a paralisação dos processos demarcatórios em todo País, projetos do Legislativo e medidas do Executivo contrários aos direitos indígenas, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 (que transfere para o Congresso a atribuição de aprovar as demarcações), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, a Portaria 303 da Advocacia-Geral da União (AGU) e a minuta de portaria do Ministério da Justiça (MJ), que pretende criar uma série de obstáculos burocráticos à demarcação de TIs. Organizações indígenas e indigenistas divulgaram recentemente um parecer jurídico que contesta a minuta (saiba mais).

O relator da PEC 215, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, foram convidados a participar da audiência.

Também no dia 24, às 17h, em frente ao MASP, na Avenida Paulista, em São Paulo, acontece o Grande Ato de Resistência Guarani, que vai cobrar do MJ a demarcação das TIs Tendendé Porã e Jaraguá, na Grande São Paulo. A manifestação também vai denunciar a paralisação dos processos de demarcação em todo País. Na última quinta, já havia sido lançada, no Pateo do Collegio Anchieta, no centro de São Paulo, a campanha Resistência Guarani SP, pela demarcação das duas áreas (saiba mais).

Na manhã de hoje, a Via Campesina, movimento internacional que reúne organizações camponesas, de mulheres e indígenas, protocolou no MJ, em Brasília, uma moção de repúdio à minuta de portaria.

A audiência e as manifestações fazem parte da Mobilização Nacional Indígena, convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e apoiada pelo Instituto Socioambiental (ISA), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Greenpeace, entre outras organizações.

As manifestações da Semana dos Povos Indígenas acontecem no momento em que o cacique Babau Tupinambá, líder indígena do sul da Bahia, foi impedido de viajar até o Vaticano. A Justiça de Una (BA) decretou a prisão preventiva dele, segundo reportagem do Cimi, pelo fato

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

do cacique não ter sido encontrado para depor em inquérito que investiga a morte de um CONT. agricultor. Babau nega que não tenha sido encontrado. Ele havia recebido o passaporte no dia anterior. O documento foi solicitado pela Polícia Federal sob a justificativa haveriam outros três mandados de prisão contra a liderança – só que eles foram arquivados em 2010. Segundo uma fonte da PF ouvida pelo Cimi, a prisão foi decretada para impedir Babau de viajar.

No Vaticano, o cacique faria denúncias sobre a situação dos Tupinambá, que, há anos, demandam o reconhecimento de suas terras sem sucesso e são vítimas de violências e violações dos direitos humanos. Babau também falaria sobre a paralisação das demarcações de TIs no Brasil e as propostas que pretendem restringir os direitos indígenas.

Ontem (22/4), no dia em que foram lembrados os 514 anos da invasão portuguesa, um grupo de artistas lançou a campanha Tamuaté-aki, para cobrar de políticos e autoridades mais respeito aos direitos adquiridos pelos povos indígenas. O filme de lançamento da campanha tem a participação de artistas como Dira Paes, Letícia Sabatella, Marcos Palmeira, Tony Garrido e Wagner Moura. A campanha colocou no ar uma petição que tem a intenção de pedir a todos os parlamentares federais que demonstrem sua oposição a qualquer proposta que vise restringir os direitos desses povos. A campanha é organizada pelo Uma Gota no Oceano em apoio à Mobilização Nacional Indígena (saiba mais).

Assessoria de Imprensa

Oswaldo Braga de Souza (ISA) – (61) 9103-2127 / 3035-5114 / oswaldo@socioambiental.org

Renato Santana (Cimi) – (61) 9979-6912 / editor.porantim@cimi.org.br

Patrícia Bonilha (Cimi) – (61) 9979-7059 / bonilhapatricia@gmail.com

Helena Azanha (CTI) - (11) 9 7476-8589/ helena@trabalhoindigenista.org.br

Nathália Clark (Greenpeace) - 61 9642-7153 / nathalia.clark@greenpeace.org



Inquérito realizado em dez dias e depoimentos sem contraditório baseiam mandado de prisão contra Tupinambá
SÍTIO CIMI, 23.04.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

Depoimentos de indivíduos beneficiados por fraude, e sem o contraditório, serviram para o juiz substituto Maurício Álvares Barra, da Vara Criminal da Justiça de Una, pedir no último dia 20 de fevereiro, há pouco mais de dois meses, a prisão temporária de Rosivaldo Ferreira dos Santos, o cacique Babau Tupinambá, acusado de estar envolvido na morte de um pequeno agricultor. Outras oito pessoas também tiveram a prisão temporária decretada. A liderança indígena pode ser presa a qualquer momento.

O inquérito policial que embasou a decisão do juiz durou apenas dez dias, entre o assassinato de Juracy José dos Santos Santana, em 10 de fevereiro deste ano, e o mandado de prisão. Além disso, o próprio juiz aponta o "contingente reduzidíssimo" da Delegacia de Polícia Civil de Una, contando apenas com dois policiais, sendo insuficiente para efetuar a investigação. Sem contar a greve da categoria na Bahia, que culminou com a prisão de um de seus líderes.

A delegada expressa no inquérito enviado ao juiz que não conseguiu encontrar o cacique Babau, apesar de ter realizado diligências, inclusive com o apoio da Polícia Federal, para tomar-lhe depoimento. Porém, a liderança indígena esteve três vezes em Brasília no período referido pela delegada, inclusive junto aos agentes federais. Além disso, fez reuniões com o comando da operação do Exército, presente em Una e Buerarema, na aldeia Serra do Padeiro.

Escreve a delegada ao juiz: "(...) Provavelmente (os acusados) tentam esquivar-se da ação policial e subsequentemente da ação judicial e, na certeza da impunidade, logo voltarão a fazer novas vítimas". A delegada, porém, não faz referência, em sua 'criteriosa' e 'laboriosa' investigação, ao fato do cacique Babau fazer parte do Programa de Defensores de Direitos Humanos do governo federal e só se locomover com o devido conhecimento do programa.

Mesmo sem o contraditório e investigações mais exaustivas, uma vez que não há efetivo de policiais garantidos pelo Estado no município de Una, o juiz substituto afirma em sua decisão pela prisão que "colheu-se que um dos principais suspeitos da execução era um dos pequenos agricultores (...) arregimentados pelo Cacique Babau para 'virar índio' (...)". Este pequeno agricultor chama-se Cleildo, também com mandado de prisão decretado.

Conforme relata o juiz em sua decisão, Cleildo é "cria" do cacique Babau e teria sido arregimentado pela liderança em 2005. Outro cacique, Pascoal, compunha o trio que ameaçava, conforme o inquérito policial, Juracy, de forma insistente, inclusive cortando "uma das patas de cachorro de Juracy". De acordo com os "fatos expressados pelos próprios depoimentos", outra pessoa, conhecido por Negão da Touca, "fora executada nesse ano com mesmo modo de atuação".

CONT.



“O depoente (...) tomou conhecimento que após morto Juracy teria a orelha cortada (...) sendo que a dita orelha era para ser entregue ao Cacique Babau, pois, é uma das exigências que o mesmo faz, de que receba uma das orelhas de todas as suas vítimas, fato já comprovado em crimes na região”, diz trecho da decisão do juiz Barra.

Com a determinação do juiz, além de outros três mandados de prisão arquivados em 2010 e exumados pela PF, a liderança indígena não conseguiu viajar para o Vaticano na tarde desta quarta, 23, onde iria encontrar com o papa Francisco e a ele entregar um documento denunciando as violações aos direitos indígenas no Brasil.

A mesma celeridade dos advogados da União (AGU) em defender grandes empreendimentos e leilões de petróleo não se viu no caso de Babau Tupinambá. Tais advogados não moveram uma palha contra o mandado de prisão do indígena, expedida por um juiz substituto de 1ª Instância. Ao contrário do que ocorre quando, por exemplo, as obras da UHE Belo Monte são paralisadas judicialmente, em instâncias superiores, e em poucas horas são retomadas.

Testemunhas no inquérito

Documentação levada ao conhecimento da Funai, nos últimos anos, conforme relata o cacique Babau Tupinambá, revela que testemunhas ouvidas pelo inquérito policial cometeram crimes para a obtenção de benefícios do órgão indigenista. A Funai abriu um procedimento interno e suspendeu os benefícios destes indivíduos.

No inquérito, a delegada inverte os papéis e envolve o cacique Babau neste crime que ele mesmo vem denunciando há tempos. A delegada, então, tomou por base testemunhos de pessoas que tiveram o esquema desmantelado pelo próprio cacique. O juiz substituto, por sua vez, é induzido ao erro sem ter em mãos nada que prove as graves acusações feitas a Babau.

No depoimento, as testemunhas ouvidas pela delegada mostram total desconhecimento da organização social Tupinambá apontando Babau como cacique-geral do povo, quando cada aldeia possui um cacique. São quase trinta aldeias e mais de 20 caciques na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, identificada entre 2009 e 2011 e que desde então aguarda a assinatura, por parte do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, da portaria declaratória.

Mandado de prisão

O mandado de prisão do juiz substituto Maurício Álvares Barra contra Babau está em vigor há mais de 60 dias, porém seguia em segredo de justiça. Apenas na manhã do último dia 17, menos de 24 horas depois de o cacique ter recebido o passaporte para viajar ao Vaticano, a determinação da prisão temporária veio à tona.

Por que então o mandado de prisão da Justiça Estadual não tinha sido cumprido? O que a polícia e a própria Justiça estariam esperando para prender alguém que, de acordo com um depoimento, coleciona as orelhas de suas vítimas? Teria competência o juiz substituto da

CONT.



Justiça Estadual de Una para pedir a prisão de um indígena?

Só foi possível descobrir a existência deste mandado por intermédio da Polícia Federal (PF). Depois de tentar impedir a viagem do cacique utilizando mandados de prisão arquivados em 2010, a PF informou que outro mandado de prisão, o de Una, estava em vigor e que a Polícia Civil do município pediu ajuda para efetuar a prisão de Babau.

A tentativa da PF de se eximir da responsabilidade da suspensão do passaporte de Babau, e do consequente impedimento da liderança viajar, acabou revelando uma estratégia bem definida para efetuar a prisão da liderança. A ida dele ao exterior para agenda de denúncias parece ter adequado conjuntura propícia.

Nesta quarta, 23, a liderança indígena deveria ter embarcado para a Itália. Na tarde de amanhã, horário de Roma, o cacique participaria de celebração ao lado do papa Francisco, no Vaticano. Na ocasião, Babau entregaria ao pontífice as denúncias e falaria aos jornalistas sobre as violações dos direitos indígenas no Brasil.



São Paulo marca encontro para celebrar legado indígena

SÍTIO AFROPRESS, 23.04.2014

Da Redação

S. Paulo – Mesmo com o genocídio que começou com a descoberta do Brasil há 514 anos, os indígenas brasileiros ainda correspondem a 896,9 mil habitantes, 36,2% dos quais vivendo em área urbana e 63,8% na área rural, de acordo com o Censo do IBGE 2010. Só em S. Paulo, a população é de 41.794 habitantes, de acordo com o Censo, na sua maioria (37.915) vivendo em cidades. Eles representam 0,1% da população do Estado.

As terras indígenas estão localizadas em várias regiões, havendo uma concentração maior no Litoral e Vale do Ribeira. Lá vive o povo Guarani Mbya e Tupi-Guarani (Ñandeva). Os Kaingang, juntamente com os Terena, Krenak, Fulni-ô e Atikum, ocupam três terras indígenas na região oeste do Estado.

Segundo a professora Elisa Lucas Rodrigues (foto da capa) que chefia a Coordenação de Políticas para as Populações Negra e Indígena da Secretaria de Justiça do Estado, dessa população, 6.497 estão em comunidades e 4.887 em áreas indígenas, distribuídos em 60 aldeias - 58 em áreas indígenas e 02 em áreas urbanas.

A Coordenação dirige o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas (CIAI), que é composto pela Fundação ITESP, pelas Secretarias do Governo, Procuradora Geral, Universidade de S. Paulo, Universidade de Campinas, Unesp, Unifesp, Universidade Católica de S. Paulo (PUC) e Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região.

Para refletir sobre a realidade indígena em S. Paulo, e lembrar o Dia do Índio – que é celebrado em 19 de abril – a Coordenação promoverá na próxima terça-feira, 29, o Encontro Ser e Viver Indígena em S. Paulo, que reunirá os integrantes do Comitê Intersetorial, sociedade civil, representantes da FUNAI (Coordenação Regional do Litoral Sudeste).

Estima-se que só na capital existam cerca de 35 nações indígenas, na sua maioria vivendo nas áreas periféricas da cidade, como o Real Parque, favela próxima ao Morumbi, na Zona Sul da cidade, onde vivem os Pankararus, que migraram de Pernambuco para S. Paulo a partir da década de 1.940 para ajudar na construção do Estádio do Morumbi. O número estimado do grupo é de 1.500 pessoas.

Legado indígena

O Encontro acontecerá no auditório Franco Montoro, Pátio do Colégio, entre às 15h e as 17h30. Segundo a professora Elisa Lucas Rodrigues (foto da capa), existem no Estado, 28 aldeias em áreas reivindicadas, 30 em áreas declaradas, homologadas ou regularizadas, que se estendem por uma área declarada de 45,195 hectares.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

Elisa lembra que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado (CDHU) foi contemplada este ano no Fórum Nacional de Habitação com o Selo de Mérito 2014 durante o 61º Fórum Nacional de Habitação, na categoria Atendimento a Grupos Sociais Específicos com o Programa Moradia Indígena.

"O Moradia Indígena foi desenvolvido para garantir melhores condições de vida à população residente em terras demarcadas pela União, no Estado de São Paulo. Prevê a substituição de habitação existente por unidade habitacional nova, em tipologias adequadas, de acordo com as necessidades das comunidades indígenas localizadas na capital, interior e litoral", afirmou Elisa.

Aldeias indígenas

Segundo o presidente do CDHU, Milton Dallari, até o momento já foram construídas moradias em aldeias de Avaí, Braúna, S. Paulo, Arco-Íris, São Sebastião, Itariri, Peruíbe, Ubatuba e Mongaguá. "A escolha da tipologia definitiva é debatida com os representantes das aldeias e aberta para sugestões e alterações, respeitando sempre os hábitos e costumes dos povos indígenas", conforme explica Dallari.

O Censo do IBGE 2010 identificou 305 grupos étnicos no Brasil, sendo o maior deles, o grupo Tikúna, com 6,8% da população indígena do país. Também foram identificadas pelo Censo 274 línguas indígenas. Dos indígenas com 5 anos ou mais de idade 37,4% falavam uma língua indígena e 76,9% falavam português.

Vea o trailer do documentário "S. Paulo: A Terceira Margem Pankararu"

<http://youtu.be/zfEbGSs4yXA>

Crédito das fotos: Comissão Pró-Índio de SP

Confira a programação do Ser e Viver Indígena em S. Paulo

Data: 29/04/2014

Horário: 15h as 17h30

Local: Auditório Franco Montoro

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

Páteo do Colégio, 184 - Sé.

Programação:

14h – Recepção dos convidados e coffee-break com Canto e Dança Povo Pankará - não

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

aldeiados

15h - Mesa de Abertura com autoridades

15h15 - Apresentação Cultural

- Coral Indígena de Miracatu;

- Grupo de Teatro Tenoderan da Aldeia Ribeirão Silveira – 18 integrantes

Apresentação: Criação do Mundo segundo a Metodologia Guarani

15h30 – Apresentação das Secretarias (10 minutos cada uma)

a) Apresentação da Secretaria da Cultura sobre Políticas Pública Indígena – Coordenador da ACGE – Sr. Cássio Rodrigo

b) Apresentação da Secretaria de Habitação/CDHU, sobre o Programa de Moradias Indígena, (no último dia 26/03 a CDHU, recebeu o “Selo de Mérito 2014” em duas iniciativas). Durante o 61º Fórum Nacional de Habitação, a Companhia foi vencedora na categoria "Atendimento a Grupos Sociais Específicos" com o Programa "Moradia Indígena".

c) Apresentação da Secretaria de Agricultura – CATI do Programa Microbracias II - para os Povos Indígenas - Sr. Abelardo Gonçalves;

16h – Palestra “SER e Viver Indígena em São Paulo”

Fernando Macena de Lima- Indigenista Especializado da FUNAI CTL/SP

16h20 – Professores e Lideranças indígenas falarão sobre o tema

Professora Chirlei Pankará – Mestranda da PUC – SP

Vice- Diretora Escola da Aldeia Tekoa Pyau – Jaraguá/SP

17h – Perguntas do público

17h30 - Encerramento



Desmatamento em terra indígena é contido pelo Ibama

SÍTIO PORTAL BRASIL, 23.04.2014

Durante a ação, foram apreendidos aproximadamente 85 m³ de madeira de lei em toras

O Ibama, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Batalhão de Policiamento Ambiental (Bpam), realizou operação na Terra Indígena Rio Manicoré, localizada no município de Manicoré, sul do estado do Amazonas. Durante a ação, foram apreendidos aproximadamente 85 m³ de madeira de lei em toras e foram aplicadas multas de R\$ 30 mil.

A madeira, em sua maior parte, angelim-pedra, estava sendo transportada na balsa Navezon B29, que também foi apreendida. Ao longo da operação, que não tem data determinada para terminar, foram apreendidos ainda três tratores, cinco motosserras, uma lancha de ação rápida e uma balsa de grande porte, além de cinco espingardas.

Ainda este mês, o Ibama realizou uma operação de fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti, de cerca de 4,9 milhões de hectares, no estado do Pará. Os indígenas da etnia Kayapó denunciaram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a ação de madeireiros ilegais em suas terras.

Foi definido um plano de atuação em parceria entre o Ibama e os Kayapós que resultou na detenção em flagrante de 40 pessoas, na destruição de 11 acampamentos de madeireiros e na apreensão de 26 motosserras, além de multas no valor de R\$ 50 milhões.

A ação de fiscalização teve a participação de 27 agentes ambientais do Ibama, quatro policiais do Grupamento Tático da Polícia Militar do Pará, seis policiais da Força Nacional e servidores da Funai. A Terra Indígena Menkragnoti abrange os municípios de Altamira e São Félix do Xingu/PA, Matupá e Peixoto de Azevedo/MT.

Fonte:Ibama



Unimontes promove evento sobre comunidades tradicionais

SÍTIO G1, 23.04.2014

*Contribuição desses povos para outro desenvolvimento é discutida.
Evento segue até esta sexta-feira no campus-sede.*

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) promove nesta semana o 3º Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais. O evento foi aberto nessa terça-feira (22) e que prossegue até esta sexta-feira (25), no campus-sede.

O evento tem como tema "A contribuição dos povos e comunidades tradicionais para outro desenvolvimento" e é organizado pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Social, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e outros parceiros.

Segundo a Unimontes, ao longo desses quatro dias serão apresentados 118 trabalhos científicos na forma de comunicação oral e pôsteres. Dentre os temas, há estudos sobre as comunidades tradicionais de Minas Gerais, Piauí, Bahia, Paraná, Tocantins, Rondônia, Goiás e Paraíba, dentre outros.

A abertura foi realizada no auditório Mário Ribeiro da Silveira, no prédio 6, com a participação de 300 professores, pesquisadores, acadêmicos e mestrandos de várias partes do País, além dos povos tradicionais como quilombolas, vazanteiros, indígenas e comunidades do cerrado.

Nos grupos de pesquisas e movimentos sociais que participam do evento estão representantes das cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo e dos estados do Pará e Rondônia, além de conferencistas estrangeiros da Colômbia, França, Alemanha.

Para o coordenador executivo do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas, Álvaro Carrara, o encontro contribui para desinstitucionalizar a pauta das conversas que, segundo ele, está centrada em poucas instituições. "A pesquisa e a aproximação da academia contribuem para orientar os projetos e demandas oriundas dessas comunidades", diz.

A programação completa e informações sobre os trabalhos apresentados estão disponíveis no site oficial do 3º Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais.



Etnia indígena apela à OEA para que EUA reconheçam que roubaram suas terras
SÍTIO YAHOO, 23.04.2014

Adrià Calatayud.

Washington, 23 abr (EFE).- Passaram-se mais de dois séculos desde que os índios Onondaga foram expatriados de sua casa, mas ainda hoje continuam buscando uma reparação daquela desapropriação de terras por parte do estado de Nova York, o que eles consideram um "roubo".

Agora os índios apelam para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), organismo autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde foi apresentado um pedido no qual denunciam uma violação de suas garantias fundamentais por parte dos Estados Unidos.

Após passar por todas as instâncias judiciais, na CIDH os índios depositaram suas esperanças de que seja solucionado o que para eles é uma "injustiça histórica": que o estado de Nova York tenha se apropriado - de forma ilegal, segundo os Onondaga - de cerca de 2,5 milhões de acres (10.125 quilômetros quadrados) de suas terras entre 1788 e 1822.

Suas propriedades, que uma vez ocuparam a faixa central do que hoje é o estado de Nova York, do norte ao sul, incluindo a cidade de Siracusa, se limitam a cerca de 7.300 acres (cerca de 30 quilômetros quadrados), justo ao sul deste núcleo urbano.

"Não foi só uma injustiça, foram muitas", declarou à Agência Efe Freida Jacques, uma das mais respeitadas Onondaga, que denunciou os "ataques" e a queima de povoados da tribo que ocorreram entre o final do século XVIII e começo do XIX para tirar os índios de suas terras.

E os agravos não terminam nesta apreensão supostamente irregular de terras, já que os Onondaga (termo que significa "povo das colinas"), grandes defensores da natureza, viram como os diferentes interesses industriais e comerciais exploravam e contaminavam os locais que anos atrás foram sua casa.

Em 2005, os Onondaga iniciaram uma batalha judicial que os levou perante diferentes cortes federais e que terminou em outubro, quando a Corte Suprema se recusou a escutar seu caso.

"Passamos pelo sistema judiciário e não encontramos justiça. Parece que há leis diferentes para os nativos dos Estados Unidos", lamentou Freida.

Segundo explicou à Agência Efe o advogado dos Onondaga, Joseph Heath, as sentenças se basearam em dois argumentos: que passou muito tempo desde os fatos que foram denunciados e que não se pode afetar o povo que mudou para as terras uma vez que a tribo as abandonou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

"Tomam a terra ilegalmente, exterminam os índios, são colocados assentamentos e não é possível afetá-los porque não seria justo. E isso só se aplica às nações indígenas", disse o advogado.

Os Onondaga tentam agora o sistema interamericano de direitos humanos em busca da reparação que não encontraram na Justiça americana.

"O pedido é sobre a tomada ilegal de terras entre 1790 e 1800, dos danos ao povo e à terra por esse motivo e à destruição ambiental que foi causada ali", comentou Heath.

Os integrantes da tribo, que manteve seus costumes e sistemas de governo (que proíbem a venda de álcool ou o jogo), proclamam que não buscam a concessão de licenças de cassinos - como ocorreu com outras comunidades de indígenas.

Além disso, também não querem obter benefícios econômicos e nem despejar os novos habitantes dos locais onde antes foram suas terras.

"A ação sobre nossas terras nunca buscou que ninguém fosse desalojado. Nós sabemos o que é ser desalojado, ser jogado de nossas casas, por isso que isso nunca foi parte de nossa reivindicação", ressaltou Freida.

Além disso, pedem que sejam levadas em conta as decisões que afetam o entorno e que seja respeitado seu direito de proteger e visitar seus lugares sagrados, de onde agora estão excluídos.

"Nossa ação é para ter acesso a uma terra que não foi ocupada, mas também para buscar uma recuperação de nosso povo, para que possamos ser quem somos sem ter de estar sempre nos defendendo", acrescentou a representante dos Onondaga.

Heath manifestou que espera que o estado de Nova York "enfrente e admita a verdade histórica: tomaram a terra ilegalmente e arruinaram seu meio ambiente".

"Porque, embora tenham se passado dois séculos, o tempo não apaga a injustiça", insistiu Freida. EFE



Guaranis voltam à Avenida Paulista contra demora em demarcação de terras na capital

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 23.04.2014

Indígenas de São Paulo exigem que ministro da Justiça assine portaria reconhecendo terras Jaraguá e Tenondé Porã. Protesto ocorre uma semana após ocupação do Pátio do Colégio

São Paulo – Cerca de 300 guaranis devem marchar pela Avenida Paulista no início da noite de amanhã (24) para pedir a demarcação de dois territórios tradicionais localizados na cidade de São Paulo: a Terra Indígena do Jaraguá, na zona norte, e a Terra Indígena Tenondé Porã, na zona sul. Guaranis de Ubatuba, no litoral norte do estado, que também esperam demarcação de suas terras, devem engrossar o protesto.

Jaraguá e Tenondé Porã foram reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) há mais de um ano. Isso significa que já expirou o prazo de 90 dias para contestações dos estudos antropológicos que definiram as áreas como terras indígenas. O processo demarcatório, agora, está à espera de aprovação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem cabe assinar uma portaria declarando os territórios Jaraguá e Tenondé Porã como de ocupação tradicional guarani.



Familiares de passageiras viajam para região onde avião foi achado no PA
SÍTIO G1, 23.04.2014

Parentes foram na manhã desta quarta-feira (23) em busca de informações. Avião foi encontrado na tarde de terça-feira (22), segundo FAB.

Familiares de Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa, técnicas em enfermagem que estavam no bimotor que ficou desaparecido por 35 dias no sudoeste do Pará, saíram de Santarém na manhã desta quarta-feira (23) para a região onde o avião foi encontrado em buscas de notícias sobre os passageiros.

Eles contam que foram acionados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) para seguir ao aeroporto, mas afirmam que, até o momento não há informação dos passageiros. "Vamos sem saber direito, só ligaram agora e pediram para gente vir ao aeroporto logo, que um avião vai nos levar para Itaituba e depois Jacareacanga, mas nenhuma informação oficial sobre os passageiros", conta a Maria Nelciney Aguiar.

Maria Nelciney, irmã da técnica em enfermagem que estava no avião, Luciney Aguiar, reforça que viaja com a esperança de obter uma informação concreta. "Muitas pessoas ligam, mas só vamos confirmar quando pudermos ver mesmo", completa.

Além de Maria Nelciney, também foram na viagem três pessoas da família da técnica em enfermagem Raimunda Costa: a irmã Sandra Costa e os sobrinhos Eliana de Alencar e Melkes de Sena. Eles também aguardam um posicionamento oficial. "A gente já nem sabe mais o que acredita. Graças a Deus foi encontrado, agora vamos lá para saber dos nossos parentes", disse Eliana de Alencar.

A Força Aérea Brasileira (FAB) confirmou na noite desta terça-feira (22) que o avião bimotor Beechcraf Baron, desaparecido desde o dia 18 de março, foi encontrado em um local de difícil acesso, próximo ao município de Jacareacanga. Equipes da Aeronáutica saíram nas primeiras horas da manhã desta quarta-feira até o local onde foi encontrado o bimotor. Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), os militares seguiram a pé até o local.

Entenda o caso

A aeronave decolou de Itaituba às 11h40 do dia 18 de março e sumiu 1h20 depois de o piloto ter feito o último contato pelo rádio. Segundo a passageira Rayline, que conseguiu mandar um SMS para um tio antes de o avião desaparecer, um dos motores teria falhado.

Desde então, a FAB vasculhava a área. Além da busca aérea, a operação contou com a participação de voluntários, entre moradores de Jacareacanga, funcionários do Distrito Sanitário Indígena e integrantes da tribo Munduruku.



Mutirão de saúde leva assistência para índios que vivem isolados no AP

SÍTIO G1, 24.04.2014

*Foram necessárias mais de 24 horas de viagem para chegar ao local.
Índios passaram por consultas e fizeram exames para detectar a malária.*

Uma das aldeias indígenas mais isoladas do Amapá recebeu um mutirão da saúde. Foram mais de 24 horas de viagem para que a equipe formada por médicos e enfermeiros chegasse ao local. Os índios passaram por consultas e fizeram exames para detectar a presença da malária na tribo.

A maioria da população indígena do Amapá se concentra em Oiapoque, no norte do estado. Para levar atendimento de saúde até as aldeias indígenas é preciso viajar. São 600 quilômetros de estrada, cerca de 10 horas de viagem de carro, e mais 24 horas de balsa até a aldeia Kumenê, formada por índios da etnia palikur.

Chegando à aldeia a curiosidade em saber quem eram os 32 médicos visitantes reuniu rapidamente vários índios. Foi necessário mais de uma hora só para organizar a estrutura e separar os medicamentos.

As consultas médicas de pediatria, dermatologia e clínica geral foram também acompanhadas de serviços odontológicos e de fisioterapia.

Na ação de saúde também acontece um encontro de culturas. Em uma mesma sala é possível identificar três idiomas, o português, o espanhol e o palikur, mas durante a consulta todos se entendem.

O espanhol é por conta da presença de dois médicos cubanos do programa Mais Médicos, que participaram do atendimento.

Uma das preocupações era com os casos de malária, já que os índios são as principais vítimas da doença em função de viverem em meio a floresta, mas os exames surpreenderam. Os 355 testes feitos para identificar a doença deram negativo.

A operação foi resultado de uma parceria entre o Hospital Estadual de Oiapoque e a Secretaria Municipal de Saúde. A preocupação existe porque, apesar da aldeia ter um Posto de Saúde, ele não funciona por falta de médicos.

Ao todo, 20% da população de Oiapoque é indígena.



Mutirão Rural da Cidadania percorre 67 aldeias

SÍTIO A TRIBUNA DE MATO GROSSO, 23.04.2014

Com o foco no atendimento da população indígena, o programa Mutirão Rural da Cidadania já percorreu neste ano 67 aldeias, totalizando 21.824 mil atendimentos desde janeiro. Essa é uma ação executada por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas-MT) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT).

De acordo com o secretário de Trabalho e Assistência Social, Jean Estevan Campos Oliveira, os atendimentos retomam no mês de maio, com a expectativa de atender mais de 10 mil índios. "Depois de percorrer todas as regiões de Mato Grosso, o programa concentra as atenções nas aldeias indígenas. A ação tem por objetivo assegurar o pleno exercício da cidadania a todos os mato-grossenses", afirmou Jean Estevan.

No mês de março, o Mutirão Rural da Cidadania esteve presente nas aldeias localizadas nos municípios de Canarana; Barra do Garças; General Carneiro e Paranatinga. Os atendimentos retomam no mês de maio.

Para o cacique da aldeia Marechal Rondon, Veraldo Wedetsyre, essa prestação de serviços foi de grande valia para os moradores da região. "Todos participaram e aproveitaram os serviços oferecidos pelo Mutirão Rural da Cidadania, que também trouxe diversão para as nossas crianças", afirmou o cacique. "Eu já estava querendo levar meu filho para tirar os documentos na cidade, mas quando fiquei sabendo do Mutirão da Cidadania, eu esperei para poder tirar aqui", complementou o índio Xavante, Marco Dito.

Dentre os serviços disponibilizados estão: emissão de Cédulas de Identidade, primeira e segunda via; emissão de Carteira de Trabalho; emissão de Carteiras de Pescador; Aferição de Pressão e teste de Glicemia e distribuição de cartilhas educativas referentes ao trânsito.



Funai procura dois dos três índios que fugiram do trabalho escravo nos pomares de maçã da serra

SÍTIO NOTÍCIAS DO DIA, 23.04.2014

Trabalho mal remunerado, condições degradantes em pomares e alojamentos e dívidas acumuladas com encarregados da produção e recrutadores também atingem trabalhadores não índios

Edson Rosa
Florianópolis

O suposto desaparecimento de dois índios trazidos da aldeia guarani na reserva Jaguapiru, em Dourados/MS, em janeiro deste ano, para trabalhar como diaristas na colheita da maçã na serra catarinense intriga a Coordenação Regional da Funai (Fundação Nacional do índio) na Grande Florianópolis. Vinícius de Souza e Geovane Benis foram vistos pela última vez no último dia 2 de abril, em Urubici, onde estiveram em companhia de Ademar Cavalheiro, 34, da mesma etnia.

Eles chegaram em fuga de três pomares nas cidades vizinhas de em Urupema e São Joaquim, por terem sido submetidos a condições degradantes de trabalho, conforme denúncia encaminhada ao Ministério Público do Trabalho, em Lages, e à Superintendência da Polícia Federal, em Florianópolis. O caso é investigado, também, pelo Ministério Público Estadual e Delegacia da Polícia Civil de Urubici.

Sem dinheiro para voltar ao Mato Grosso do Sul, o trio se separou na rodoviária de Urubici. Antes, Ademar procurou o serviço de assistência social da prefeitura e foi encaminhado ao promotor de Justiça Diego Roberto Barbiero, titular do Fórum local, para denunciar que trabalhadores safristas, contratados temporariamente durante o período da colheita da maçã (de janeiro a abril).

"De lá, consegui a passagem até Florianópolis e procurei a Funai para ter ajuda no retorno para a reserva, em Dourados", diz Ademar. Como Vinícius e Geovane decidiram permanecer na serra e tentar outro trabalho até levantar o dinheiro necessário para voltarem a Jaguapiru, receberam passagens de volta a São Joaquim. "Depois disso, não tenho mais notícias dele", complementa Ademar. Nuno Nunes, da Coordenação da Funai na Grande Florianópolis, está preocupado com paradeiro de Souza e Benis. "Vamos checar novamente, mas também não estavam na reserva de onde foram trazidos, em Dourados", confirma.

Ministério Público investiga trabalho escravo

Na prefeitura de Urubici, a assistente social Viviane Ricardo de Jesus confirmou o atendimento a Ademar, Vinicius e Geovane, e o fornecimento de passagens de ônibus para a localidade de

CONT.



Pericó, em São Joaquim, onde pretendiam avaliar proposta de trabalho. Segundo Viviane, instantes depois da saída dos índios, houve contato telefônico do promotor Diego Roberto Barbiero, que solicitou auxílio para encaminhar os índios ao local de origem e relatou que os mesmos estavam denunciando trabalho escravo.

O fato será investigado em inquérito civil aberto pelo Ministério Público de Santa Catarina. Na presença da assistente da Promotoria, Grazielle Rodrigues Mafionelli, Ademar relatou que os companheiros Geovane e Vinicius teriam voltado a Pericó para trabalhar com Diogo Marinho de Melo, um dos "cabecantes", como são denominados os atravessadores de mão de obra barata para os ciclos sazonais da maçã na serra catarinense.

Com contratos temporários de três meses, no caso das grandes empresas, ou empreitadas verbais, índios e não índios são tratados em igualdade de condições pelos contratantes. A remuneração varia entre R\$ 35 e R\$ 38 por dia.

São estes mesmos intermediários que, segundo o promotor Barbiero, fornecem materiais de higiene pessoal, roupas de frio, alimentação, fumo de corda e cachaça e que mantêm endividados os trabalhadores diaristas. Os safristas são recrutados em Lages e outros municípios da serra, interior de São Paulo, do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Alagoas.

Rastro de exploração e mortes

Apontado como um dos atravessadores de mão de obra barata e fornecedor de produtos consumidos pelos trabalhadores rurais durante a safra da maçã, Diogo Marinho de Melo também se diz preocupado com o paradeiro dos índios Vinicius e Geovani. "Eram dois peões trabalhadores, e não criaram problemas enquanto estiveram no pomar de Pericó", diz Diogo. O pai de Geovane esteve em Urubici no sábado passado, à procura dele, mas não conseguiu pistas.

O índio havia recebido apenas R\$ 44 pelos dias trabalhados, segundo o próprio "cabecante", que confirmou, também, o desconto das despesas extras feitas pelos trabalhadores - fora as três refeições por dia servidas no alojamento. Diogo é genro de Adelírio de Goes, também suspeito de envolvimento no recrutamento de trabalhadores rurais para pomares da serra e, de acordo com levantamento na Delegacia da Polícia Civil de Urubici, é indiciado por quatro homicídios na região.



Em laudo paralelo, reserva Buriti é avaliada em R\$ 130 milhões

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.04.2014

Paralelo aos estudos da Funai (Fundação Nacional do Índio) e do Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária), a empresa privada que avalia as terras e benfeitorias da região da Terra Buriti, aponta que o valor das propriedades gira em torno dos R\$ 130 milhões. O valor, no entanto, é parcial e será oficializado somente no dia 28.

O fato é que o montante é bastante superior aos questionados R\$ 78 milhões oferecidos de indenização pelo Ministério da Justiça, mas fica aquém dos R\$ 150 milhões que os proprietários consideram justos. "O essencial, agora, é apresentar um valor real de mercado. E de forma isenta", resume o proprietário e perito judicial da Real Brasil Consultoria, Fernando Abrahão.

Das 30 propriedades que compõem os 15 mil hectares da região (antes 31, mas uma delas teve a área incorporada), 24 foram avaliadas no estudo paralelo; parte dos donos, afirma Abrahão, já sinalizou não concordar com o valor apresentado.

"No entanto, o laudo ainda não é oficial, por isso, podem haver mudanças", reforça o perito.

Laudos finais - O laudo final deve ser entregue ao ministro até segunda-feira (28). O Ministério pediu 20 dias, contados a partir da data da entrega do documento, para emitir devolutiva. Caso aprove a indenização pedida, o acordo será formalizado na Justiça Federal, em seguida, vem a homologação das TDAs (Título da Dívida Agrária), e depósito dos pagamentos a serem feitos em dinheiro.

O estudo foi encomendado pela classe produtiva após surgirem questionamentos quanto aos valores apresentados pelos órgãos oficiais do governo. Foram 25 dias de análises técnicas, com imagens e avaliação de solo feitas em campo.

Hoje, o grupo de trabalho se reuniu com um representante do Ministério, em Brasília, para apresentar a metodologia usada, além das inconformidades constatadas nos laudos da Funai e do Incra. Participaram, além de Abrahão e do assessor do MJ, o produtor rural Vanth Vani Filho, dono da fazenda Cambará, uma das áreas da Buriti invadida, além de três técnicos da Funai de Brasília.



Jovem envolvido no assassinato do índio Galdino será policial

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 24.04.2014

O rapaz que cumpriu medida socioeducativa pelo assassinato do índio em uma parada de ônibus da 703 Sul, em 20 abril de 1997, está na última fase de seleção para agente da Polícia Civil do Distrito Federal. Situação provoca controvérsia entre juristas

Kelly Almeida
Adriana Bernardes
Almiro Marcos
Roberta Pinheiro

Um dos envolvidos no assassinato do índio Galdino, que chocou o país na década de 1990, acaba de ser aprovado na última fase do concurso público para a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). O nome dele aparece na lista do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), publicada em 16 de abril. O resultado definitivo, com a análise de conduta social e outros questionamentos, deve ser divulgado na próxima semana. Na época em que Galdino foi queimado em uma parada de ônibus da 703 Sul por cinco jovens de classe média, G.N.A.J. tinha 17 anos e respondeu pelo ato infracional análogo ao crime de homicídio. Especialistas ouvidos pelo Correio divergem quanto à possibilidade de ele atuar como agente de polícia.

A promotora de Justiça aposentada Maria José Miranda esteve à frente da acusação durante a maior parte do processo — só não participou do júri de quatro dos cinco jovens por questões pessoais. Ela considera inadequada a aprovação de G.N.A.J. para os quadros da PCDF. “Não é certo isso. No meu entender, à época, o rapaz ficou impune, pois só cumpriu alguns meses de medida socioeducativa, e isso não foi proporcional à gravidade do crime cometido por ele e os demais. E ele já era uma pessoa que tinha pleno conhecimento do que fazia”, disse. Para Maria José, G. teria dificuldades em se tornar policial. “Ele teria problemas tanto com os colegas quanto com os criminosos. Que moral teria para cumprir a lei se ele mesmo não cumpriu a pena por um ato criminoso praticado? Na minha opinião, legalmente, ele até tem direito de ser policial, mas, moralmente, não”, acrescentou.

Professora de direito penal e constitucional da Universidade Católica de Brasília, Soraia da Rosa Mendes é favorável a que ele tome posse. Ela lembra que qualquer legislação minimamente garantista e moderna assegura a quem cumpriu pena o direito de não passar o resto da vida sendo responsabilizado por um erro pelo qual foi punido. “Pode ser que esse rapaz atue na polícia e construa uma carreira de glória”, compara.

Entendimento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), já existe o entendimento de que os editais de concursos públicos podem exigir a avaliação de conduta social como requisito essencial para aprovação do candidato. Pela Corte, a investigação não se resume a analisar a vida pregressa do candidato quanto às infrações penais que porventura tenha praticado. Mas deve também avaliar a conduta moral e social, visando aferir o comportamento frente aos deveres e às proibições impostos ao ocupante de cargo público da carreira policial.



Escola indígena inaugura sala multifuncional

SÍTIO CM CONSULTORIA, 24.04.2014

Solenidade de inauguração das duas salas de aula aconteceu na manhã de sábado

A Escola Estadual Índigena de Ensino Fundamental Almerão Domingues Nunes, na localidade de Água Santa, inaugurou no sábado (19/04), duas salas de aula, uma delas de recurso multifuncional – T1.

A obra foi orçada em R\$ 146,229 mil. Equipada através do Programa de Educação Inclusiva do Ministério da Educação, o espaço vai atender crianças nas áreas intelectual, visual, auditiva, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades (superdotações).

A sala de recurso multifuncional é destinada para uma educação inclusiva, Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinada para crianças da escola Almerão e dos demais educandários existentes naquela localidade, com professores especialistas nas áreas. A escola atende 44 alunos e disponibiliza de quatro professores e um funcionário.

Ensino médio

Assessor do departamento pedagógico da Secretaria Estadual de Educação, Rodrigo Venzon, disse que no dia 2 de abril deste ano, saiu a autorização de credenciamento da primeira escola indígena de ensino médio politécnico Caingangue Toldo Coroadó, na cidade de Benjamin Constant do Sul. Segundo ele, já estão tramitando os processos de outras oito escolas em suas respectivas coordenadorias.

Uma delas no município de Nonoai, pertencente a 7ª Coordenadoria Regional de Educação. A formação continuada dos professores indígenas, de acordo com Venzon, acontece através do Programa Saberes Indígenas na Escola. Uma iniciativa do Ministério da Educação, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ao longo do curso serão oferecidas 200 horas de formação para 150 professores caingangues e guaranis. O conteúdo inclui, entre outros assuntos, alfabetização bilíngue e produção de material didático. "O trabalho visa o cumprimento da resolução 5/2012 do Conselho Nacional de Educação que normatiza a educação indígena em nível nacional" explica.

Fonte: O Nacional - Passo Fundo/RS



Cuiabá sedia audiência pública sobre PEC da demarcação de terra indígena
SÍTIO G1, 24.04.2014

*Encontro está programado para a segunda-feira (28) na AL do Estado.
Proposta de Emenda já resultou em uma série de protestos pelo Brasil.*

A capital mato-grossense sedia na próxima segunda-feira (28) uma audiência pública da comissão especial criada na Câmara dos Deputados para avaliar a Proposta de Emenda Constitucional 215. Ela transfere do poder Executivo para o Congresso Nacional a responsabilidade na demarcação de territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação ambiental no Brasil.

O encontro está programado para iniciar às 8h (horário do Estado), na sede da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, reunindo representantes dos governos federal, estadual, organizações não governamentais, comunidade indígena. Os mesmos debates vão acontecer em diferentes Estados do país, conforme cronograma aprovado pela comissão especial.

Polêmica, a proposta já resultou em uma série de mobilizações e protestos no último ano pelo Brasil. De um lado os produtores rurais afirmam que ela vai trazer segurança jurídica para tanto para o agronegócio quanto para os indígenas. Do outro, indigenistas, organizações e movimentos sociais consideram que a PEC representa uma ameaça à soberania dos povos porque pode reduzir o tamanho das terras e o processo de homologação sofrer interferência política.

Apenas em Mato Grosso são 11,2 milhões de hectares de terras indígenas regularizadas de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Nas mais de 50 áreas vivem acima de 20 mil índios. Há ainda pelo menos 23 áreas sob estudo de criação.

Aguardando decisão

Entre as que aguardam decisão sobre a ampliação está a terra Kayabi, na divisa com o Pará. O ato foi suspenso em novembro do ano passado, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), até que houvesse julgamento do mérito da ação.

A ampliação da reserva havia sido determinada por decreto presidencial de abril de 2013, o que motivou embate judicial entre os produtores rurais da região – representados pelo estado de Mato Grosso – e a União – representada por sua Advocacia-Geral (AGU).

A liminar assinada pelo ministro Luiz Fux suspendeu os efeitos do decreto presidencial que homologou a ampliação da reserva Kayabi de 117 mil hectares para mais de um milhão de hectares.



Museu do Piauí realiza Semana dos Povos Indígenas

SÍTIO TV CANAL 13, 24.04.2014

O museu do Piauí está realizando a 11ª Semana dos Povos Indígenas, a programação iniciou na manhã desta quarta-feira (23), e segue até o dia (25). O evento tem o objetivo de permitir que os índios piauienses tenham mais visibilidade, bem como apresentar as suas reivindicações. Estiveram presentes à solenidade representantes da etnia Tabajaras, de Piripiri, Piauí, e Poranga, no Ceará; Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural do Piauí (Fundac), estudantes e professores.

Durante a abertura do evento foi realizada uma apresentação do ritual indígena Toré, além da apresentação do plano de trabalho da Funai para o Piauí no ano corrente. Na oportunidade, Romeu Tavares, indigenista e chefe da coordenação técnica em Piripiri, ressaltou a importância do evento. "Esse evento é fundamental, pois dentre outras coisas, o índio piauiense necessita de mais visibilidade. E trabalhar a questão da visibilidade é uma das nossas metas para esse ano, além da qualificação da terra para o povo indígena", afirma Romeu Tavares.

Semana dos Povos Indígenas (Foto: Marcelo Cardoso)Para Dora Medeiros, diretora do Museu do Piauí, a semana tem o intuito de homenagear o índio piauiense. "Temos o intuito de comemorar e homenagear ao índio, além de permitir que estes tenham oportunidade de mostrar elementos da sua cultura, além de dar visibilidade às suas necessidades", comenta.

O presidente da Fundac afirmou que o Governo do Estado do Piauí, através da Fundac está aberto a parcerias com as comunidades indígenas. "O Governo do Estado está aberto a colaborar com a causa indígena. Estamos abertos a parcerias, pois o Brasil tem um débito enorme com esse povo", conta.

Para o cacique José Guilherme, presidente da Associação Itacoatiara, eventos como esse são de suma importância. "Essa iniciativa é muito boa, pois contribui para a valorização das nossas raízes", analisa.

Professores e alunos aprovam a iniciativa. Para o professor de História Sérgio Monteiro, essa é a oportunidade dos alunos terem contato com um conteúdo que já foi abordado em sala de aula. "Nas escolas, apesar de trabalharmos a cultura indígena, por exemplo, nós não temos contato com o concreto e essa é uma oportunidade de sentir a cultura desse povo de perto", afirma.

A estudante Joice Cristina, 12 anos, conta que essa foi uma experiência muito gratificante. "Essa é a primeira vez que eu venho ao museu e estou gostando muito, pois estou conhecendo um pouco mais da cultura indígena", disse.

Fonte: Ascom



Jogos Indígenas da Paraíba serão abertos nesta quinta-feira em Rio Tinto

SÍTIO BEYEUX EM FOCO, 24.04.2014

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel), e com o apoio da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, vai abrir oficialmente nesta quinta-feira (24) os Jogos Indígenas da Paraíba 2014. A solenidade terá início às 9h e vai acontecer na aldeia Jaraguá, em RioTinto, sede das competições que vão até o domingo (27).

A abertura contará com o desfile das 40 tribos potiguaras inscritas nos Jogos e ainda a apresentação de vários grupos ligados à cultura indígena das cidades de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. Será o terceiro ano consecutivo que o evento é realizado na Paraíba e agora contará com a presença de 350 índios que vão disputar nas modalidades de futebol, futsal, canoagem, arco e flecha, corrida do toro, arremesso de lança, cabo de guerra e corrida.

“A inserção do esporte em diversos segmentos da sociedade é uma das marcas do Governo do Estado, que pelo terceiro ano consecutivo investe nos Jogos Indígenas. A cada ano que passa aumenta o número de aldeias participantes e, consequentemente, o quantitativo de índios-atletas de diversas faixa etárias”, disse o secretário titular da Sejel, Tibério Limeira.

O coordenador dos Jogos Indígenas, professor José Hugo, destacou que em cada ano realizado o Governo

escolheu uma tribo de um município diferente. “Em 2012 foi realizada na Baía da Traição e ano passado, numa aldeia em Marcação. Agora, foi a vez de Rio Tinto receber esse grande evento”, frisou.

Os Jogos Indígenas da Paraíba são realizados pelo Governo do Estado em parceria com as prefeituras de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição.

Redação com Assessoria



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

'Feira de Artesanato e Culinária Indígena' encerra a 42ª Semana do Índio de Tupã
SÍTIO MAXPRESS, 24.04.2014

Durante a 42ª Semana do Índio de Tupã, o Museu Índia Vanuíre, instituição da Secretaria de Estado da Cultura administrada em parceria com a ACAM Portinari, promove nos dias 24, 25 e 26 de abril (quinta, sexta e sábado), das 17h às 22h, na Praça da Bandeira, a tradicional "Feira de Artesanato e Culinária Indígena".

A atração tem como objetivo incentivar a aproximação cultural e expandir os conhecimentos sobre o estilo de vida dos indígenas. Os visitantes poderão saborear pratos típicos e descobrir mais sobre diferentes grupos indígenas, com os artesanatos que estarão à venda.

Com entrada gratuita, a renda obtida com os itens será revertida para a escola indígena da Terra Indígena (T.I.) Vanuíre. A Praça da Bandeira está localizada no Centro, de Tupã. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (14) 3491-2333, no site www.museuindiavanuire.org.br ou nas mídias sociais do museu: Facebook e no Twitter.

Serviço:

"Feira de Culinária e Artesanato Indígena"

Data: 24 a 26/4/2014

Local: Praça da Bandeira, Centro – Tupã/SP

Horário: das 17h às 22h

Informações: (14) 3491-2333

Entrada: gratuita

Data 24/04/2014

Endereço Praça da Bandeira, Centro - Tupã/SP

Cidade TUPÃ Estado SÃO PAULO País BRASIL



Cacique Babau Tupinambá se entrega à Polícia Federal na Câmara Federal
SÍTIO CIMI, 24.04.2014

O cacique Babau Tupinambá decidiu se entregar à Polícia Federal na manhã desta quinta, 24, durante audiência unificada das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, no Congresso Nacional, em Brasília (DF). A prisão temporária da liderança foi decretada pela Vara Criminal da Justiça Estadual de Una, município baiano.

"Tiraram nós do nosso território e agora continuamos no mesmo impasse. Estão querendo nos matar. Querendo, não, estão nos matando. Quero que este parlamento ou nos mate de uma vez ou faça alguma coisa. Daqui eu vou sair pra prisão, daqui a pouco", disse Babau ao chegar à Câmara Federal. Babau disse ainda que não irá fugir: "Não devo nada. Tupinambá não foge. Vamos até o fim".

Entenda a prisão: Inquérito realizado em dez dias e depoimentos sem contraditório baseiam mandado de prisão contra Tupinambá

Depois de tentar viajar nesta quarta, 23, ao Vaticano para encontro com o papa Francisco, a convite da CNBB, o passaporte de Babau foi suspenso pela Polícia Federal, menos de 24 horas depois de emitido, por quatro mandados de prisão: três arquivados em 2010 e outro da Justiça Estadual de Una acusando-o de participação no assassinato de um pequeno agricultor, pelo qual agora Babau é levado para a carceragem da Polícia Federal.

Entre o assassinato do pequeno agricultor, no último dia 10 de fevereiro, e o mandado de prisão, no dia 20 do mesmo mês, se passaram dez dias. O inquérito policial que baseou a decisão da Justiça foi realizado em tempo recorde e sem efetivo policial suficiente, como declarou o próprio juiz em sua decisão pela prisão.

Também, foram ouvidas testemunhas denunciadas pelo próprio cacique e investigadas pela Funai como não-indígenas que se passaram por Tupinambá para acessar benefícios. As próprias testemunhas confessam no inquérito que efetuaram a prática ilegal.

Por outro lado, a delegada de Una que coordenou o inquérito policial e recomendou a prisão de Babau afirmou não tê-lo encontrado para prestar depoimento. Porém, o cacique esteve em Brasília três vezes, antes ou depois de iniciado o veloz inquérito policial, inclusive em companhia de agentes da Polícia Federal.



Resgate tentará erguer bimotor que estava desaparecido no Pará

SÍTIO EBC, 24.04.2014

Equipes da Força Área Brasileira e da Polícia Militar do Pará retomaram hoje (24) o trabalho de resgate do bimotor Beechcraft BE 58 Baron localizado na terça-feira (22) depois de 36 dias desaparecido, a cerca de 16 quilômetros do centro do município de Jacareacanga, no sudeste do Pará, em uma região de mata fechada. Os militares tentarão erguer a aeronave que caiu de bico em um igarapé.

Segundo o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), apenas depois desse trabalho será possível obter informações oficiais sobre os cinco passageiros que estavam no bimotor. De acordo com FAB, além do resgate, também estão sendo feitas perícias no local para tentar identificar as causas do acidente.

A aeronave havia desaparecido no dia 18 de março cerca de uma hora depois de decolar do Aeroporto de Itaituba com destino a Jacareacanga. O avião, de prefixo PR-LMN, pertencente à empresa Jotan Taxi Aéreo e prestava serviço à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde. De acordo com ministério, estavam a bordo as técnicas de enfermagem Rayline Sabrina Brito Campos, Luciney Aguiar de Sousa e Raimunda Lúcia da Silva Costa, o motorista Ari Lima e o piloto Luiz Feltrin. Eles substituiriam as equipes que já prestavam atendimento às aldeias da etnia indígena Munduruku, na região de Jacareacanga.



Instituto confirma quatro casos de H1N1 em aldeia

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 24.04.2014

O Instituto Evandro Chagas confirmou mais quatro casos de indígenas contaminados com o vírus H1N1, após analisar 10 amostras de sangue coletadas na aldeia Xikrin em Parauapebas, sudeste do Pará. Os casos ainda não foram especificados.

A vacinação contra a gripe continua em todo o Brasil e terá continuidade até 9 de maio. Este ano, crianças com idade entre 6 meses e menos de 5 anos também serão imunizadas.

De acordo com o Ministério da Saúde, o público-alvo da campanha em 2014 totaliza 49,6 milhões de pessoas. No Pará, esse número chega a 1.699.228 pessoas, sendo a meta vacinar 80% dessa população que inclui, além das crianças, indivíduos com mais de 60 anos, profissionais da saúde, povos indígenas, grávidas, mães até 45 dias após o parto, presidiários e servidores do sistema prisional.

Foram enviadas pelo Ministério da Saúde ao Pará 1.835.170 de doses da vacina, que protegem contra os três subtipos do vírus da gripe determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para este ano (A/H1N1; A/H3N2 e influenza B). No Estado, serão 3.439 postos de vacinação, dos quais 2.739 serão fixos, 485 volantes e 120 volantes fluviais, com 22.632 pessoas envolvidas, incluindo 3.439 equipes de vacinação. Além de veículos terrestres, também estarão disponíveis para a execução 40 barcos e 30 voadeiras.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

Indígenas realizam ato pela demarcação de terras já reconhecidas pela Funai
SÍTIO BRASIL DE FATO, 24.04.2014



Divulgação

Protesto também é contra a decisão judicial que determina o despejo de cerca de 700 guaranis da aldeia Tekoa Pyau, localizada no Pico do Jaraguá (SP); ato se inicia às 17h, no Masp

Da Redação

Indígenas da etnia guarani das aldeias localizadas na Grande São Paulo realizarão, nesta quinta-feira (24), um ato público para reivindicar a emissão do documento do Ministério da Justiça que garante a demarcação das terras Tenondé Porã e Jaraguá, já reconhecidas pela Funai. O protesto sairá do Museu de Artes de São Paulo (Masp), às 17h.

Além disso, os indígenas também protestam contra decisão judicial que determina o despejo de cerca de 700 guaranis da aldeia Tekoa Pyau, localizada no Pico do Jaraguá (SP).

O ato ocorre uma semana depois do lançamento da Campanha Resistência Guarani SP, ocorrido na frente do Pátio do Colégio na última quinta-feira (17). Os Guarani também ocuparam, na mesma semana, o Museu Anchieta, no espaço interno do Pátio, em uma retomada simbólica do local onde iniciou a colonização das suas terras.

No vídeo oficial da Campanha, os Guarani enviaram presentes ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para sensibilizá-lo, sendo o principal deles uma caneta decorada com trançado tradicional guarani: "Se o problema é a falta de caneta, mandamos essa bela caneta para ele assinar logo a nossa demarcação", diz o vídeo.

Os indígenas ainda lançaram uma petição online pedindo apoio de todos na 'reivindicação ao Ministro Cardozo', prometendo enviar uma nova caneta para cada assinatura, que já chega à cerca de 3 mil.



Encontro reúne lideranças indígenas do Ceará

SÍTIO O POVO, 24.04.2014

Caciques, pajés e membros de cinco povos indígenas cearenses apresentam seus elementos culturais e trocam experiências até amanhã. A ideia é mostrar para a sociedade um pouco da tradição das comunidades indígenas

Representantes de cinco povos indígenas cearenses, além de lideranças dos povos Pataxó, da Bahia, e Tupiniquim, do Espírito Santo, participam até amanhã da Semana dos Povos Indígenas, realizada na sede do Movimento Saúde Mental Comunitária (MSMC), no bairro Bom Jardim. O objetivo do encontro, iniciado terça-feira, é promover a troca de experiências entre as diversas culturas indígenas cearenses e permitir que a sociedade conheça as causas e os direitos indígenas.

De acordo com uma das coordenadoras do evento, Natália Tatanka, o encontro foi organizado dentro da periferia de Fortaleza justamente para a população saber que o Ceará tem índios e que eles estão vivos. "A imagem que as pessoas têm desses povos é sempre ligada à confusão e baderna, mas estamos aqui para mostrar que os protestos têm causa e a causa é a falta de respeito aos direitos indígenas", afirma.

Participam do evento lideranças das aldeias cearenses Pitaguary, Tremembé, Anacé, Jenipapo Kanindé, e Tapeba, representando as 14 tribos indígenas existentes no Ceará. O presidente do MSMC, padre Rino Bonvini, explica que a ideia é fortalecer, através das danças, rodas de conversa, e exposições, a integração entre estes povos no sentido de uni-los em prol da mesma causa. "É preciso reafirmar a importância de desenvolver uma atitude de ecofilia, promovendo a amizade, o amor, e o carinho com a natureza necessário para nossa sobrevivência. Não existe futuro sem respeito pela mãe terra", enfatiza.

Um dos principais elementos compartilhados durante o evento da cultura dos Tremembés, cuja maioria vive na região de Itarema, município a 237 km de Fortaleza, é o torém, dança espiritual unicamente praticada por eles, principalmente entre outubro e dezembro, de acordo com o cacique da tribo, João Venâncio. "Este é o momento de junção dos elementos culturais, para mostrar que há diversidade e muitas vezes as pessoas não dão valor a isso", aponta o cacique.

A Semana dos Povos Indígenas segue com atividades como exposições artísticas, cantos e danças indígenas, oficinas, e exibição de filmes até amanhã, nos períodos da manhã e tarde.

Serviço

Semana dos Povos Indígenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 72/ 2014

Brasília, 24 de abril de 2014.

Quando: Hoje e amanhã, a partir das 9 horas

Onde: Movimento Saúde Mental Comunitária - Casa Ame e Palhoça (Rua Dr. Fernando Augusto nº 980 - Bom Jardim)

Informações: 34972176

Exposição indígena

SÍTIO O IMPARCIAL, 24.04.2014

O Núcleo Ecológico da Cidade da Criança de Presidente Prudente promoveu uma exposição especial em comemoração ao Dia do Índio, celebrado em 19 de abril. O material ficou exposto durante a semana (14 a 21), no hall do Observatório no Parque Ecológico.



Em relação à caça, havia réplicas de onça e tamanduás.

A mostra trouxe objetos que simbolizavam a rotina de alimentação e sobrevivência na mata das tribos indígenas brasileiras. "Quem passou pelo local pode conhecer os ovos de ema, avestruz, galinha de angola, garnisé e pavão, que eram fonte de alimentação dos índios", explica Aparecida Antônia, auxiliar do Núcleo Ecológico. Em relação à caça, havia réplicas de onça e tamanduás. Ainda diversas espécies de folhas simbolizavam as ervas medicinais usadas na época pelos curandeiros, conhecidas como pajés.



[ENTREVISTA] 'Estamos caminhando para um extermínio "legal" dos indígenas', diz dom Erwin

SÍTIO ADITAL, 24.04.2014

Nayá Fernandes

Dom ErwiReprodução Kräutler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo na prelazia do Xingu concedeu uma entrevista ao O SÃO PAULO, quando estava em Altamira, Estado do Pará, onde passa a rodovia Transamazônica. Ele foi recebido pelo papa Francisco, no último dia 04 de abril, para uma audiência cujo tema principal eram as violações aos direitos indígenas no Brasil.

O bispo, que, junto ao assessor teológico do Cimi, padre Paulo Suess, entregou ao Papa um documento com um relatório sobre a questão indígena no Brasil, foi convidado por Francisco para uma colaboração estrita na elaboração de uma nova encíclica sobre ecologia.

JOSP – Como o senhor avalia o interesse do Papa e da Igreja em todo o mundo pela questão indígena brasileira?

Dom Erwin – O Papa disse em seu discurso aos bispos do Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, que a Amazônia é um "teste decisivo para a Igreja e a sociedade brasileiras". Penso que o mesmo pode ser dito a respeito da questão indígena, que nos desafia a todos e requer uma resposta de compromisso da Igreja para com esses povos, sempre colocados de escanteio e considerados pelo sistema econômico como "supérfluos" e "descartáveis" (Cf. DAp 65) porque "não produzem".

JOSP – Mesmo com apoio de parte da mídia e todas as manifestações, o "genocídio silencioso" dos povos Guarani e Kaiowá, no Estado do Mato Grosso do Sul, continua. Quem deve assumir esta causa para que tenha um fim?

Dom Erwin – Esse caso já brada aos céus. Quanto tempo já passou e nada foi resolvido! Falta vontade política. Quantos indígenas têm que morrer ainda até que os parâmetros constitucionais sejam cumpridos. A razão de tanta demora em solucionar a questão são os interesses do agronegócio, é a soja, é a cana de açúcar, é o boi, que, para os governos federal e estadual, são sinônimos de progresso e desenvolvimento.

JOSP – Petróleo, açúcar, gado, hidrelétricas, mineradoras são algumas das ameaças aos indígenas. Mas, poderíamos detectar uma ameaça principal?

Dom Erwin – O problema subjacente à marginalização dos povos indígenas é um conceito equivocado de desenvolvimento. Se desenvolvimento é entendido apenas como crescimento econômico e aumento das exportações, aí, o índio é considerado estorvo, obstáculo, empecilho e atrapalha. Por isso, ele tem que desocupar suas terras, cair fora. Se ele defender os seus direitos, corre risco de vida e um povo todo é ameaçado em sua sobrevivência não apenas

CONT.



cultural, mas também física. Aí acontece o "genocídio silencioso". Se, ao contrário, entendemos desenvolvimento como melhor qualidade de vida para todos, então os indígenas são valorizados e sua sabedoria milenar considerada uma riqueza para todo o Brasil.

JOSP – O papa Francisco o chamou para contribuir em uma encíclica sobre ecologia. O senhor poderia detalhar um pouco mais o conteúdo e objetivo da encíclica?

Dom Erwin – O Papa me falou no dia 04 de abril que pretende escrever uma encíclica sobre a ecologia e já encarregou o cardeal africano Peter Turkson, presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, a preparar um esboço. Ainda não há detalhes. O Papa apenas frisou que o tema será abrangente e incluirá "também a ecologia humana". Falei então para ele que a Amazônia, devido à sua vocação específica no planeta Terra, não poderia faltar nesta encíclica como também os povos indígenas deveriam ser lembrados. Disse ainda a ele que, no dia anterior, havia prometido minha contribuição nesse sentido ao cardeal Turkson. Aí o Papa agradeceu minha disponibilidade de colaborar.
Reprodução

JOSP – Poderíamos dizer que o Brasil caminha para um extermínio legal indígena?

Dom Erwin – Lamentavelmente, se os rumos não mudarem, estamos caminhando para um extermínio "legal". As Portarias 419/11 e 303/12 e o Decreto 7957/13 do Poder Executivo, as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 215/00, 038/99 e os Projetos de Lei 1610/96 e 227/12, do Poder Legislativo, e o instrumento das "Suspensões de Segurança", do Poder Judiciário, vão nessa direção. Creio que a mais perigosa ameaça aos povos indígenas é a PEC 215, em que a bancada ruralista quer arrancar do Executivo a prerrogativa de demarcar áreas indígenas que é um processo técnico que exige estudos antropológicos, etnológicos, cartográficos, para determinar se uma área é terra indígena ou não. Esses estudos não podem ser submetidos a uma votação no Congresso. Pior, essa bancada ruralista quer mudar a Constituição Federal em relação aos povos indígenas. Essa onda anti-indígena no Congresso Nacional é um tremendo retrocesso e arranha a imagem do Brasil no exterior.

JOSP – E sobre a não demarcação de terras indígenas nos últimos anos. Que prejuízos esta ação do governo tem causado e pode causar nos próximos anos?

Dom Erwin – A paralisação das demarcações perpetua conflitos e violências contra os povos indígenas. A demarcação de todas as áreas indígenas no Brasil deveria ter sido concluída já em 1993, pois a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o prazo de cinco anos para esses procedimentos. Das 1.046 áreas indígenas no Brasil apenas 464 são homologadas ou registradas ou então declaradas como tais. Quer dizer apenas 44,3% do total. Uma área indígena não demarcada escancara as portas para todo tipo de invasão, conflito e violência.

JOSP – Belo Monte é um caso emblemático de desrespeito às populações locais em vista de um grande projeto. Como estão vivendo as populações afetadas?

Dom Erwin – Acabo de receber a notícia de que "a Justiça Federal obrigou a Norte Energia S.A. a cumprir uma das condicionantes indígenas da usina de Belo Monte, que trata da proteção

CONT.



territorial das Terras Indígenas impactadas pelo intenso fluxo de migrantes que a obra atraiu para a região. Essa condicionante está com várias pendências e, de acordo com o juiz Frederico de Barros Viana, a falta de proteção territorial pode "ocasionar prejuízos irreversíveis às comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento hidrelétrico". Essa medida judicial, lamentavelmente, chega tarde demais, pois o estrago já está feito. Todas as condicionantes elencadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e a Funai (Fundação Nacional do Índio) deveriam ter sido cumpridas antes da instalação do canteiro de obras. O governo passou por cima de toda e qualquer legislação para dar início às obras e sempre mandou derrubar em tempo recorde qualquer liminar em favor dos índios, dos ribeirinhos, dos colonos que vivem na área atingida ou das famílias diretamente afetadas na cidade de Altamira. As comunidades indígenas já são desmanteladas e aplicar só agora medidas de proteção não passa de um paliativo póstumo. Belo Monte, para o governo, é indiscutível, doa a quem doer! Essa é a realidade nua e crua.

JOSP – E sobre os indígenas urbanos? Em São Paulo, por exemplo, os Guaranis no Jaraguá, à beira de uma rodovia, estão confinados a um espaço pequeno, sendo privados de sua dignidade. Como favorecer que eles mantenham sua cultura e tradição numa megalópole?

Dom Erwin – A questão dos índios urbanos dá dó. É um dos maiores problemas para toda a Pastoral Indigenista. Sabemos que é impossível aos índios manterem sua cultura num ambiente fora das suas aldeias. As influências que sofrem em cidades grandes ou megalópoles, como São Paulo, são negativas para uma comunidade indígena porque qualquer cultura é vinculada ao habitat tradicional de um povo e uma vez perdido esse laço com a terra permanecem apenas recordações "daquele tempo de aldeia". A língua, que é expressão da cultura, em pouco tempo se perde. Os filhos que nascem na cidade não a falam mais. O que se pode fazer é reunir os membros deste ou daquele povo e ajudá-los em termos de habitação, educação, saúde, segurança. No mundo urbano, os índios quase sempre são estigmatizados, tratados como párias. Vivem numa "periferia existencial", como nosso Papa Francisco se expressa.

JOSP – O senhor já relacionou o Pessach à migração indígena em busca da terra sem males?

Dom Erwin – Páscoa não é fato consumado, Páscoa é sempre caminho aberto. Conto uma história: Há milhares de anos, os índios viviam em terras doadas por Deus. Não se rebelaram contra Deus. Pelo contrário, sempre prestavam culto a Deus, dançaram e cantaram já de madrugada seus salmos milenares e Lhe agradeciam pelo sol que sempre nasce de novo. Muitos séculos passaram e um dia levantou-se o esquadrão de Caim e começou a matar um Abel atrás do outro. Alguns fugiram e passaram a viver no exílio, na imundície das beiras de estrada ou favelas. O esquadrão de Caim comemorou, pois, para ele, cada Abel é um demais. E Deus viu essa desgraça, ouviu o clamor dos índios, desceu, chamou os Caim e perguntou pelos índios. E os Caim se zangaram com Deus e responderam: "Acaso somos responsáveis por esses índios? Acaso somos guardas desses miseráveis que ocupam terras férteis que poderíamos explorar para plantar soja, cana de açúcar ou transformar em pasto?" Aí Deus exclamou: "Ouço o sangue de seus irmãos do solo clamar por mim" (cfr. Gn 4,10). E Deus enviou o seu Filho para salvar os índios. No entanto, o esquadrão de Caim matou também o Filho de Deus. Mas seu Sangue derramado despedaçou as armas do esquadrão de Caim,

CONT.



inaugurou uma nova era, tornou-se garantia de Vida, fez os índios saírem da casa da escravidão, ressurgirem das sombras da morte e retornarem jubilosos às suas terras. Aí celebraram a Páscoa e cantaram de novo os cânticos do Senhor.

JOSP – Paulo afirma que a terra "geme em dores de parto". Estaríamos ainda numa sexta-feira santa ecológica? Ou já existem sinais de ressurreição?

Dom Erwin – Ontem à noite, celebrei na comunidade Santo Antônio de Cipó-Ambé, perto da cidade de Altamira. Falei da paixão e morte do Senhor, que recordamos nesta semana, não na perspectiva de uma interminável Sexta-feira Santa, mas em vista da Páscoa da Ressurreição. Sei que o nosso povo tem mais afinidade com a Paixão do Senhor do que com a Ressurreição, pois experimenta diariamente a cruz. Na merenda comunitária, depois da Santa Missa, alguns homens me falaram do igarapé Cipó, que já está com a água contaminada pelo novo lixão, uma obra planejada, "segundo padrões de primeiro mundo", como fanfarreiam os construtores de Belo Monte. Esse igarapé é de vital importância para os colonos e suas famílias. A poluição do igarapé que perpassa a comunidade Santo Antônio é apenas mais um exemplo das gritantes agressões ao meio-ambiente que revelam o desrespeito ao nosso povo em suas necessidades mais elementares e resultam em menos qualidade de vida para as famílias. Mas, continuamos lutando pela Vida onde outros semeiam a morte.



Trégua termina em abril e índios prometem mais retomadas de terras em MS antes da Copa

SÍTIO REGIÃO NEWS, 24.04.2014

Ao todo, 31 terras na região entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti serão as primeiras indenizadas

Índios de diversas etnias estão prontos para continuar a retomada das terras tradicionalmente indígenas em Mato Grosso do Sul. A trégua com proprietários rurais a pedido do Governo Federal acaba em 30 de abril.

“A União pediu para gente esperar até 30 de junho, mas aí vem a Copa e depois as eleições, ou seja, não vão resolver nada, só vão enrolar”, criticou o Lindomar Terena. Segundo o líder, os indígenas decidiram por antecipar o prazo, para pressionar uma decisão urgente.

“Vamos continuar as retomadas por Sidrolândia, Aquidauana e Miranda”, revelou. O Governo Federal ficou de decidir o quanto irá pagar de indenização a proprietários rurais que tiveram terras ocupadas pelos indígenas.

Em uma primeira proposta foi oferecido o valor pela terra nua, fato que não foi aceito pelos proprietários, que pedem que seja incluso no valor as benfeitorias. Os fazendeiros ficaram de apresentar uma contraproposta dos valores até junho, com auxílio de técnicos do Governo do Estado.

Ao todo, 31 terras na região entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti serão as primeiras indenizadas. Estas propriedades foram ocupadas no ano passado por índios Terena que decidiram por ampliar a Aldeia Buriti, antes em dois hectares, agora com 17 hectares, já produzindo para o sustento dos índios.



Câmara aprova proposta que facilita registro de nomes tradicionais indígenas
SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 24.04.2014

Segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2010 registrou cerca de 305 povos indígenas espalhados em todo o território brasileiro.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (22), em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 5855/13, do Senado, que assegura o registro público de nomes tradicionais indígenas.

A proposta altera a Lei 6.015/13, que proíbe o registro de crianças com nomes que as exponha ao ridículo.

O deputado Padre Ton (PT-RO), coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, comemora o projeto votado: "É uma iniciativa que possibilita mudanças no olhar sobre a cultura indígena, que possibilita reflexão sobre o preconceito que acaba recaindo sobre os indígenas que têm o nome de seu povo rejeitado no momento de fazer o registro".

A relatora da proposta, deputada Sandra Rosado (PSB-RN), lembrou que a luta contra a discriminação deve ser permanente no Brasil. "Essa medida busca assegurar a igualdade de tratamento e, como tal, deve ser colocada em prática imediatamente", disse.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, apoia a iniciativa. "Cada povo tem uma língua, uma forma de nomear suas descendências. E o reconhecimento pelo Estado brasileiro desse direito dos povos de terem os seus próprios nomes registrados é importante."

Segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2010 registrou cerca de 305 povos indígenas espalhados em todo o território brasileiro.

Tramitação

Como tramita em caráter conclusivo e já havia sido aprovado pelo Senado, o projeto seguirá direto para sanção presidencial. A proposta só será analisada pelo Plenário da Câmara se houver requerimento aprovado nesse sentido